

Inundações e Cuidado Integral

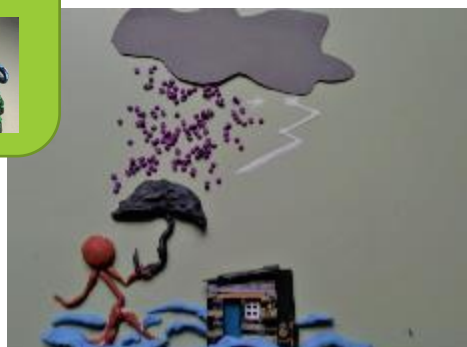
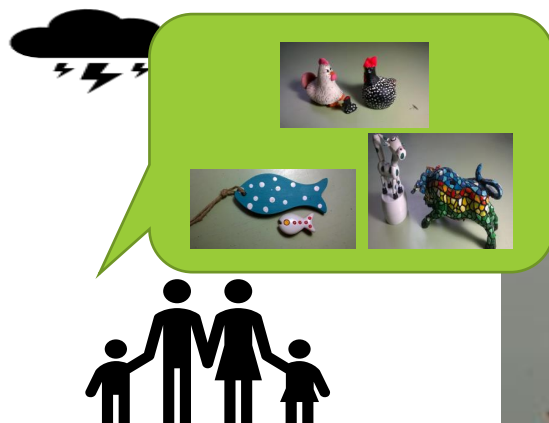
guia para discussões técnicas e comunitárias

Norma Valencio

Samira Younes Ibrahim

Juliano Costa Gonçalves

Organizadores



Ficha Técnica

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Organizadores: Norma Valencio, Samira Younes Ibrahim, Juliano Costa Gonçalves

Ilustrações: Norma Valencio

Versão eletrônica disponível em: www.neped.ufscar.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Inundações e cuidado integral [livro eletrônico] :
 guia para discussões técnicas e comunitárias /
 organização Norma Felicidade Lopes da Silva
 Valencio , Samira Younes Ibrahim , Juliano
 Costa Gonçalves. -- 1. ed. -- São Carlos, SP :
 NEPED/UFSCar, 2022.
 PDF.

Bibliografia.
 ISBN 978-65-88873-14-4

1. Cidadania 2. Ciências sociais 3. Desastres
 ambientais 4. Desastres naturais 5. Direitos
 humanos 6. Enchentes urbanas 7. Inundações
 I. Valencio, Norma Felicidade Lopes da Silva.
 II. Ibrahim, Samira Younes. III. Gonçalves,
 Juliano Costa.

22-107590

CDD-363.340981(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Desastres ambientais 363.340981(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Este material é de interesse público. Pode ser reproduzido, total ou parcialmente, desde que citada a fonte.
 Sua hospedagem em sites ou blogs depende de autorização prévia dos organizadores.

1. A concepção de cuidado integral em contextos de inundações

Norma Valencio¹



Durante a ocorrência de inundações, diferentes indivíduos ou grupos sociais podem se sentir indefesos –material, social, física e psicologicamente– face a um amplo conjunto de ameaças com as quais os mesmos se defrontam simultânea ou sucessivamente. A capacidade individual ou coletiva para compreender a extensão do problema e ponderar melhor sobre a sua situação específica pode ser limitada nessas circunstâncias. Embora isso, não é o imobilismo que tem o comportamento social. Há o acionamento de sentidos provisórios que embasam a ação julgada a mais pertinente, ao menos, para atenuar danos e prejuízos. O atordoamento diante o sem-número de providências a serem tomadas, em ambiente de grande incerteza, não é atributo exclusivo do meio social diretamente afetado nessas circunstâncias, pois também

¹ Apoio FAPESP, proc. 17/17224-0, CNPq, proc. 310976/2017-0.

autoridades e o meio técnico-operacional ficam aturdidos com demandas urgentes e inúmeras as quais, sabidamente, extrapolam a sua capacidade de atendimento.

Aos indivíduos, não basta salvarem-se diante um perigo iminente. Na sua vida social –como no âmbito familiar e comunitário–, os vínculos de afeto, de compadrio, identitários e de cidadania impõem uma ética de solidariedade e de apoio mútuo, a qual prevalece no contexto de desastres associados a várias ameaças, inclusive, as inundações. Pais que se encontram momentaneamente a salvo não se sentem, de fato, seguros enquanto seus filhos se encontram ainda em situação de perigo e vice-versa; vizinhos intranquilizam-se e mobilizam-se frente à fragilidade daqueles outros que avaliam não disporem de condições físicas, cognitivas e de habilidades indispensáveis para saírem autonomamente de espaços invadidos por água velozes e lama pesada; professores não deixaram os seus alunos para trás se uma enxurrada invade o estabelecimento de ensino assim como ocorre com médicos, enfermeiros e atendentes, que não abandonam pacientes, enfermos ou internados, no estabelecimento de saúde cujas condições ambientais tenham se tornado inesperadamente ameaçantes à permanência dos mesmos, com água e lama vindo por todo os lados. E assim por diante.

Com isso queremos dizer que não são apenas os que exercem um papel social público de responsabilidade direta sobre o bem-estar do outro que se mobilizam nessas situações críticas. Uma característica social marcante do povo brasileiro –um capital cultural impresso no cotidiano das camadas populares nas periferias urbanas, nas comunidades rurais, na sociabilidade indígena e de povos tradicionais–, é a predisposição para estar atento às dificuldades alheias significativas. Ao perceberem que existem outros que não conseguem se desembaraçar da situação sozinhos, os demais vão espontaneamente em seu auxílio. As rotinas de vida nas cidades médias e grandes são contaminadas pela velocidade dos negócios ali dominantes, uma vertigem que passa a ditar as rotinas dos cidadãos direta ou indiretamente ali ineridos. Além de impingir um crescente nível de estresse coletivo, o efeito social dos ritmos acelerados de vida são o individualismo, o isolamento social, o aumento da desconfiança e a

indiferença diante as dificuldades alheias. A despeito disso, quanto mais nas bordas da riqueza urbana os sujeitos se situem –em virtude das opressões econômicas sofridas ou por integrarem um modo de vida distinto–, mais visível se torna um enredamento da vida dos indivíduos, das famílias e das comunidades abandonadas, nas quais se desenvolve uma comunicação própria para pedir e obter apoio no grupo.

Apesar do quanto os estratos mais abastados da sociedade definam um distanciamento social em relação aos percalços alheios, as cidades orgulhosas de sua pujança econômica não sabem evitar os episódios de inundações. Isso vem deflagrando mais do que um nervosismo coletivo, do que corridas aceleradas de pedestres, ansiosos para ficarem longes das poças d'água, buzinas atordoantes de veículos, cujos motoristas buscam insanamente impor sua pressa em vias obstruídas. Há, também, outros sujeitos que definem outro tipo e sociedade. Os transeuntes que largam os seus afazeres e seus trajetos originais, se esquecem subitamente da sua pressa particular, para acudir motoristas e passageiros em veículos que estão prestes a submergir em córregos; enfrentam a força descomunal das águas para irem ao encontro de pessoas carregadas pela enxurrada, alcançando-as pelas mãos, carregando-as no colo, jogando-lhes cordas e instrumentos improvisados de resgate. Outros, priorizam deslocar as suas pequenas embarcações, ou mesmo as improvisam, para percorrer as residências da localidade inundada a fim de auxiliar a quem precise desse resgate emergencial, como mulheres com crianças pequenas, idosos, pessoas com problemas de mobilidade, doentes crônicos. Enquanto isso, membros das comunidades ao derredor se organizam, num átimo, para produzirem refeições quentes aos desabrigados e distribuí-las a pé ou em seus veículos próprios.

A pressão emocional vivenciada pelos que estão no centro da situação aflitiva encontra retorno e reconhecimento na expressão facial, nos gestos, na fala e na prática de estranhos, os quais testemunham a situação de perto. Nas várias linguagens que se utilizam para se comunicar, ambos se enodoam como sujeitos sociais, num encontro de sua humanidade comum. Antes mesmo que estruturas organizacionais e institucionais, civis ou militares, se articulem para qualquer operação resgate, **o povo é o primeiro que vem ao socorro do povo**. Esse é um ponto de partida

imprescindível para refletir sobre a ideia de cuidado foram das grades analíticas convencionalmente assimétricas. Isto é, a partir de múltiplas possibilidades de interações sociais mais balanceadas nesse contexto adverso.

Nas grandes inundações, não são só moradores ou motoristas que ficam em apuros, assim como estudantes e o pessoal dos serviços públicos essenciais, pois comerciantes e prestadores de serviços privados, trabalhadores, patrões, clientes, passageiros e diversos outros segmentos são surpreendidos por essa situação em meio às suas rotinas. A falta de abastecimento hídrico inviabiliza a higienização pessoal, a de vestuário, veículos, habitação, além da limpeza dos bens que ficaram sujos dentro da moradia, do comércio local, das repartições públicas. Não há meios adequados de descarte de tudo o que foi perdido, dos sofás aos colchões, além de documentos irrecuperáveis. O sentimento de impotência, apesar do quanto os grupos afetados se desgastaram em inúmeras providências, só é atenuado quando as pessoas envolvidas diretamente nesses dramas se apoiam mutuamente, compartilhando seu tempo e seus relatos sobre a experiência vivida bem como os seus desapontamentos e aflições quanto ao processo de recomeço. Nessa troca, buscam relativizar as perdas havidas e encontrar sentidos novos para tocar a vida em frente, o que inclui refletir sobre como obter as condições de retomada de suas atividades o quanto antes. E, num sentido político, reivindicar a priorização de providências recuperativas junto ao poder público, sobretudo quando as causas do episódio estão associadas à falta de manutenção, inexistência ou insuficiência dos sistemas de drenagem urbana, ao descaso público com estradas e pontes e por aí fora.

As frustrações não se limitam aos grupos sociais afetados. Também o meio técnico que atua em emergências –agentes de defesa civil, bombeiros militares e voluntários, assistentes sociais, pessoal da saúde e outros– e que se vê obrigado a atender com presteza inúmeras ocorrências, de naturezas variadas, nem sempre dispõe do quadro humano e dos meios materiais suficientes e adequados para fazê-lo. O pessoal da limpeza urbana terá trabalho extra para retirar os entulhos das vias de tráfego; o pessoal de parques e jardins, além de bombeiros, atuará no corte e recolhimento de árvores caídas; enquanto isso, tratores do setor de obras retirarão o grosso da lama nas vias públicas. O pessoal do trânsito vai

liberando pistas ou sinalizando alternativas de tráfego; o de saneamento, consertando tubulações rompidas e o pessoal das companhias de eletricidade vai, aos poucos, repondo as condições adequadas de seguranças de postes e providenciando uma nova fiação para viabilizar o retorno dos serviços aos consumidores. Assistentes sociais vão mapeando a quantidade de famílias desabrigadas e desalojadas e, juntamente com a defesa civil e o(a) prefeito(a) municipal, discutem qual equipamento público local (estabelecimento escolar, ginásio público, áreas para acampamentos etc) tem condições indispensáveis (espaço para armar barracas, colocar colchões, equipamentos de cozinha/refeitório, banheiros coletivos utilizáveis etc) para servir de abrigo provisórios. As práticas supramencionadas são autônomas, em relação às suas estruturas específicas de gestão, porém, articuladas entre si, ilustrando o complexo elenco de providências de intervenção territorial e social mais urgentes, muitas delas dependentes de informações que não chegam na completude e velocidade requeridos. Em meio a tais exigências, pressões de natureza econômica e política podem influenciar as decisões de atendimento público no patamar mais alto da gestão pública, nos gabinetes de prefeitos municipais. Estes podem decidir que seria providencial deslocar suas equipes técnicas para atender a esses grupos privilegiados, mas cujas demandas são incompatíveis com a real situação de urgência de atendimento dos demais munícipes. A preterição dos que estavam no aguardo de atendimento, e não o receberam tempestivamente, aumenta os riscos de agravos físicos e materiais para estes. E, também, alimenta seus ressentimentos e desconfianças na capacidade de atuação técnica e no compromisso social daquele gestor, o que pode perdurar na memória coletiva, deteriorar a relação sociopolítica e ter implicações legais e eleitorais.

Diante esse panorama, que se repete todos os anos nas várias localidades do país, não tem sido suficiente ações preventivas baseadas em palestras técnicas de “conscientização” de gestores municipais ou de comunidades entendidas como vulneráveis. Treinamentos e simulados nos quais apenas os técnicos em emergência ditam qual é a sua visão particular sobre o comportamento coletivo a ser adotado, em circunstâncias hipotéticas que parecem totalmente conhecidas e sob controle, são, no mais das vezes, inócuos no ponto de vista prático. Isso porque as performances esperadas daqueles que são treinados estão baseadas no pressuposto de que o público treinado é um receptáculo vazio, sem um

repertório próprio de significados de mundo e de sentido de suas práticas pessoais ou coletivas. Mas, ao contrário disso, esse público não é como uma folha em branco, pois metabolizará as recomendações transmitidas conforme os seus filtros específicos de experiência, de valores, de percepções, de hábitos, de classe social, de gênero. Assim, a produção social de estratégias adequadas para viabilizar maior segurança humana frente às inundações depende do quanto as diferentes representações sociais do problema –isto é, dos recursos culturais variados oriundos dos múltiplos sujeitos implicados–, têm oportunidade de expressão e incorporação no teor das ações preventivas.

Por isso, uma vez que o gestor municipal tenha disposição para –ou seja convencido a– construir uma agenda pública participativa de combate às inundações, a mesma será mais consistente se três movimentos simultâneos ocorrerem, a saber:

- O de *técnicos que atuam em emergências* se disporem a escutar ativamente aquilo que os diferentes grupos sociais focalizados, em suas singularidades, têm a dizer sobre o referido problema, como agem nessas circunstâncias –inclusive, sentirem que os técnicos depositam confiança na prévia experiência comunitária de ajuda mútua–, quais prejuízos têm sofrido, que ordem de prioridade gostariam que fosse dada às suas demandas. A receptividade aos anseios comunitários, o desejo de apreciá-los com seriedade e de estabelecer compromissos em satisfazê-los cria laços de confiança para outras ações de prevenção;
- O das *comunidades* poderem receber os técnicos para também ouvir-lhes as solicitações e as preocupações, suas explicações sobre as razões pelas quais determinadas demandas locais não poderem ter sido atendidas. Além disso, ouvir a exposição dos técnicos sobre eventuais limitações que sofram em sua capacidade operacional, sendo aliados na busca de estratégias para incrementá-la –via parceiras com o empresariado local, nos projetos conjuntos com pesquisadores, na busca de financiamento internacional– e na produção de informações fiáveis e ágeis sobre os locais e ocorrências que pareçam ser mais críticas, afinando a sua colaboração mútua;

- Por fim, o de que *ambos* se reconheçam como **parceiros simétricos** na produção da agenda pública de redução de riscos de desastres, estabelecendo objetivos e metas viáveis, de curto e longo alcance, cujos conteúdos expressem a contribuição intelectual das partes envolvidas.

A conquista de uma cidadania plena depende da maior amplitude dos espaços de relações comunitárias dialógicas com o meio técnico. No caso dos desastres relacionados às inundações, quanto mais aqueles que sofrem com privações de toda a ordem passem a ser tratados como sujeito de experiência, de conhecimento e de direitos, mais as políticas acertarão o passo. Esse tipo de crise tende a ser agravar nos próximos anos, pela falta de um ambiente relacional profícuo para a produção, execução e fiscalização das políticas correspondentes.

Como a ideia de *cuidado* emerge nesse contexto?

Para começar, a ideia de cuidado é aqui considerada como um tipo de interação social baseada em princípios de cidadania. E isso, num país em que os déficits de cidadania se acentuam.

Logo, a perspectiva de cuidado no âmbito da esfera pública diz respeito ao teor e à forma como políticas públicas atenuam efetivamente os déficits de cidadania. Isto é, viabilizam as condições materiais e sociais necessárias para que as violências oriundas de desigualdades sociais, de preconceitos e de injustiças sociais sejam extirpadas do cotidiano de nossa vida coletiva. O que sofrem essas formas de degradação precisam sentir que a vida pública lhes oferece um tratamento digno, enxergarem oportunidades de crescimento e de plenitude que não lhes era acessível até então.

No âmbito interpessoal, isso significa que a orientação de cuidado deve ser, invariavelmente, a de garantia da dignidade da pessoa humana do outro, resultando no aumento do bem-estar e/ou atenuando o sofrimento deste (Siena, 2013). Ou seja, não se pode utilizar a aparência ou justificativa de cuidado para, no fundo, aviltar a pessoa do outro, menosprezá-lo, maltratá-lo. Reciprocamente, quanto mais um cuidado genuíno for oferecido, acomodando esse direito de cidadania para quem o recebe, é de esperar que o bem-estar proporcionado a este se refletida na relação do mesmo com o cuidador, numa interação fortalecida em seu sentido de propósito e de aumento do grau de satisfação de ambos. O cuidador também precisa ter a sua própria autoestima e a dignidade na realização de sua tarefa preservados, mas isso, no geral, depende de uma perspectiva bidirecional de valor, na qual nenhum dos lados implicados se sente aviltado. Extrapolando das situações particulares para o meio social mais abrangente, isso pode contribuir numa espiral mais promissora de bem-estar coletivo.

Por um lado, cuidado também significa não estereotipar os grupos afetados e ter olhos para as gradações de sofrimento individual e formas de intervenção ajustadas a cada caso em particular. Como salientam Noal *et al* (2013, p.5), *“Em situação de desastres, grande parte da população atingida padecerá de sofrimento intenso, mas encontrará conforto e apoio em suas estratégias comunitárias e cotidianas. Em seguida, haverá os casos que poderão ser beneficiados com projetos terapêuticos singulares, articulados pelo psicólogo e, em muito menor volume, aparecerão os casos que necessitarão de uma escuta especializada e, até mesmo, de uma intervenção farmacológica. Vale ressaltar que, em geral, são aqueles já mais vulneráveis – como os pacientes psiquiátricos, os moradores de rua, os desassistidos crônicos – que mais sofrem e que são menos percebidos pelas ações humanitárias de contenção”*.

Por outro, cuidar é eliminar as formas de opressão social, mesmo as que se travestem de bom mocismo. Nas fraturas da sociedade, onde crises que atingem o âmago da vida subcidadã são experimentadas diante de um Estado indiferente, o auxílio voluntário prestado aos que necessitam pode ter muitas facetas, nem todas socialmente boas. Conflitos sociais preexistentes são potencializados em desastres assim como desastres

podem deflagrar novos conflitos devido a inoperância ou incapacidade pública para fazer face à escassez de recursos essenciais para a sobrevivência, suscitando tensões entre indivíduos e famílias desassistidas para garantirem um provimento mínimo para si e para os seus (The World Bank and The United Nations, 2010).

Um lado mais alvissareiro é o de que o trabalho voluntário tenta colocar remendos nessas fraturas, fazer com a sociedade funcione a despeito das desigualdades sociais e do abandono em que vivem muitos grupos sociais no país, além de colher o entusiasmo dos que se organizam, espontânea ou institucionalmente, para dedicar tempo às dificuldades alheias, tomar contato com elas. Quanto mais gente se envolva nesse esforço de aproximação com realidades sociais duras e aviltantes, maior o potencial, dentro de uma nova ética solidária, para que novos elos sociais surjam.

Um lado mais tenebroso desse processo de evolução do voluntariado, e que não se pode ignorar dentro do contexto histórico de opressão que também marca a sociedade brasileira, é o de que isso pode reforçar práticas assistencialistas as quais, enfatizando o seu caráter apolítico, desviam os atendidos de uma necessidade de luta por direitos enquanto reforçam nos atendidos um sentido obrigatório de subalternidade nas manifestações de gratidão recebidas. Assim, se protela a pressão para que o Estado imprima uma reorientação ou dê mais vigor às suas políticas sociais. A relação direta entre atendentes e atendidos pode reforçar o exercício de submissão social dos últimos de modo que, a cada atendimento prestado, a interação imprima o significado de superioridade social e moral dos que oferecem e o da humilhação de quem recebe, vindo reforçado o desvalor do último como pessoa, num julgamento moral que o condena peremptoriamente. No contexto de inundações –que vai daquele associado às cheias extraordinárias de grandes rios ao colapso de barragens, passando por chuvas concentradas–, tem sido frequente testemunhar as comunidades afetadas perderem o direito de autoexpressão de suas demandas junto a autoridades ou a mídia. Isso devido à captura dessas demandas por um voluntariado local ou por organizações humanitárias ou movimentos sociais, cuja imagem prestigiada parece

autorizar que suas lideranças se apropriem dos sentidos e das vozes locais. Cada organização detém estratégias próprias para se impor perante a comunidade e as autoridades locais. A eficácia de sua performance é confundida com sua plena legitimidade para falar pelos grupos locais em fóruns deliberativos e pautar reivindicações segundo aquilo que tais organizações supõem serem as necessidades daquele coletivo.

Essa pauta usualmente reforça a presença, o domínio e a visibilidade da própria organização, num uso instrumental extensivo do drama coletivo.

Por exemplo, organizações que se apresentam como sendo as mais aptas para lidar com logística humanitária logo vão ao encontro das autoridades locais para gerenciar as provisões e donativos que chegam à localidade, e aí, passam a submeter as comunidades e famílias afetadas a seus critérios de distribuição, humilhando quem recebe. Essa mediação não é, realmente, legítima, pois reside numa usurpação de poder na relação entre doadores e receptores. Os mediadores não conhecem os desastres por dentro, isto é, desde o lugar de sofrimento plenamente experimentado pelos grupos sociais afetados; só o conhecem desde um repertório interpretativo padronizado, através do qual se aproxima dos afetados ou autoridades locais e já procuram estabelecer uma nova ordem e uma nova rotina na vida daqueles que devem, então, se sentir muito gratos e submissos. A isso temos denominado como **assédio do bem**, a aparência de cuidado com o outro, mas que tem um intuito político ou econômico que manobra o sofrimento social para as próprias causas do mediador. Isso solapa a dignidade dos grupos afetados nos desastres, os avilta e coloca camadas de opressão moral em seu já desafiador cotidiano de crise aguda ou crônica.

Outro exemplo é o de interações de voluntário ou técnicos com os sujeitos afetados, nas quais a maneira de se expressar e atuar –seja no modo de falar, em gestos ou em práticas– demonstra rejeição à pessoa dos afetados e tendências a estigmatizá-los. Quando maiores as perdas materiais e econômicas sofridas pelos últimos e maior o abandono social que sofrem nos locais provisórios de acolhida, mais as suas privações transparecem na forma como se apresentam fisicamente, como através de uma higiene pessoal precária ou roupas pouco condizentes com o seu tamanho ou sujas, por exemplo. As próprias pessoas que se encontram nessa situação já não se reconhecem conforme a autoimagem que tinham de si mesmas

antes do desastre. Quanto mais perdure o tempo em que não tenham condições de se dedicar à recuperação de sua aparência, e estabelecer razões profundas para fazê-lo, mais perdem a estima por si mesmas. O olhar fulminante de aversão do atendente à essa pessoa que necessita de cuidados é a gota d'água para que a vergonha se instale nos mais recônditos espaços do seu ser e lhe cause feridas emocionais profundas. Internamente, o sujeito desmorona de vez, abandonando-se, esquivando-se (Valencio, 2014). Por desistência de lutar por sua cidadania, abre caminho para aqueles que demonstram despreço e superioridade em relação à sua pessoa e, assim, passem a se sentir mais confiantes para ditar o seu futuro, já que os atendidos parecem incapazes de fazer isso por si mesmos.

No entanto, mecanismos de constrangimento social, como estes, precisam ser mais e mais identificados e enfrentados, porque constituem portas abertas para a banalização da barbárie, da desumanização do outro. Uma ética de cuidado é a que procura, pelas mãos ou pelos olhos, ir ao encontro da alma do outro, ajudando-o a produzir uma visão de si no mundo mais significativa, auxiliando-o a confiar naquilo que de mais valioso tenha dentro de si e a lidar corajosamente com o medo. Como salienta David (2016), a coragem é encarar a existência das emoções tidas como ruins, perguntar a si mesmo qual o motivo profundo que as aciona, procurar reelaborar a relação com esses gatilhos; a coragem é enfrentamento do medo, é o medo andando, dia a autora. É restituir voz e ação ao invés de abafá-las. É respeitar as próprias necessidades e preferências na forma de recomposição da aparência, no que gostaria de comer, no respeito ao ritmo do corpo em termos das vitais (dormir, acordar, higienizar-se, ir ao banheiro, alimentar-se). Pra quem atende, é procurar não impor regras que ofendam a dinâmica a vida privada dos afetados, nem utilizar a fragilidade da dor dos mesmos, de seus arrependimentos, de seu luto, de suas perdas para impor-lhes uma falsa positividade ou o seu ajustamento a rituais e discursos religiosos que ofendam a sua livre consciência. **Cuidar é estar atento para identificar e denunciar essas condutas de incivilidade de atendentes**, as quais têm aberto fraturas ainda mais sérias e extensas na sociedade brasileira, na contramão do bem comum.

No quadro abaixo (Quadro I), destacamos diferentes recomendações que poderiam incrementar uma relação de cuidado, em vários níveis de interação social, em contexto de inundações.

Quadro I: Princípios e ações a serem consideradas na relação entre atendentes e atendidos em contexto de inundação

Princípios da Relação Social	Ações de Atendentes
Reconhecer a complexidade inerente ao ser humano, suas irracionalidades e a experiência-limite que os afetados estão vivenciando	• Evitar ter expectativas sobre comportamentos normalizados de pessoas que passam por crises agudas, isto é, basear-se em padrões de certo ou errado que se ajustam apenas à realidade (e classe social) de que testemunha de uma distância segura os acontecimentos. • Interagir de modo focalizado, conferindo importância a quem está sendo atendido; por exemplo, evite que as mensagens contínuas no celular ou interrupções para conversas banais com colegas pareçam ser mais interessantes. • Ter em conta as diferentes reações emocionais dos indivíduos diante perdas que aparentemente são similares. Cada indivíduo tem seu modo próprio de expressar emoções. • Respeitar e valorizar a dinâmica comunitária de apoio mútuo, complementando-a ao invés de subestimá-la. Aquilo que pareça apenas bagunça e ruído, que podem ser subjacentes à expressão cultural local.
Respeito à vida privada dos indivíduos e famílias afetadas	• Os membros da família, na sua hierarquia própria de funcionamento, seu repertório de sentidos e dinâmica de afetos, têm que lidar com aspectos privados da crise enfrentada e, se for o caso, encontrar apoio externo que não fira a sua dinâmica própria. • Proteger a privacidade significa que cada família e indivíduo estabelece os limites daquilo que deseja compartilhar com os demais, seja em termos de informação ou interação, e as fronteiras de sua integridade. • Não abusar da posição de atendente para auferir favores que firam a dignidade do atendido, em termos físicos, morais ou psicológicos. • Lembrar-se que a sociedade está expressa na forma das famílias vivenciarem suas precariedades. Assim, atribuir-lhes culpa pelos percalços vividos –esquecendo-se do quanto a lógica social contribui para a tragédia– não é um fundamento justo numa narrativa oficial ou institucional sobre aquele episódio.
Compreensão de que há mais de uma lógica envolvida	• Os sentidos de ordem, desordem e reorganização das famílias e das comunidades afetadas não deve ser desqualificado por racionalidades exógenas que lhes são impostas.

Sugestão de atividade

O jovem Jia Jiang procurou reconhecer e lidar com as feridas emocionais de rejeições passadas. O fez, reconhecendo-as publicamente e passando a se colocar em uma centena de situações sociais diferentes nas quais haveria risco de tornar a ser rejeitado. Nessas situações, ele foi aprendendo a enfrentar os primeiros sinais de rejeição, contrapor-se aos mesmos, assimilando que a negativa dos outros não era a verdadeira medida de seu valor como pessoa. Nas situações em que a sua aproximação, o seu tipo de abordagem ou sua inusitada solicitação de ajuda a terceiros foram sumariamente rejeitadas, ele aprendeu a ir melhorando os seus argumentos ao mesmo tempo em que exercitou a cordialidade alheia ou mostrou os limites da mesma. Nas situações em que obteve sucesso, aprendeu a vencer as inibições e a exprimir-se melhor, superando aos poucos sua autoimagem depreciativa.

Com base no teor da conferência deste jovem (https://www.ted.com/talks/jia_jiang_what_i_learned_from_100_days_of_rejection) e do testemunho deão menos 05 diferentes situações vídeo-documentadas de suas experiências de confronto da rejeição (<https://www.rejectiontherapy.com/100-days-of-rejection-therapy/>), os membros do grupo poderiam discutir quais experiências de cordialidade inusitada gostariam de deflagrar em sua comunidade.

Referências

DAVID, S. (2016). **Emotional Agility**: get unstuck, embrace change, and thrive in work and life. London: Penguin Life.

NOAL, D. *et al* (2013). A atuação do psicólogo em situações de desastres: algumas considerações baseadas em experiências de intervenção *Entre Linhas, CRP-RS*, Ano XIII, n 62: 4-5. Disponível em: <http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo57.pdf>

SIENA, M. (2014). Desastres y vulnerabilidad: un debate que no puede parar. *Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines*, v. 3, p. 433-443. Disponível em: <http://journals.openedition.org/bifea/5900>

THE WORLD BANK and THE UNITED NATIONS (2010). **Natural hazards, unnatural disasters: the economics of effective prevention**. Washington DC: The World Bank. Disponível em: https://biotech.law.lsu.edu/climate/docs/NHUD-Report_Full.pdf

VALENCIO, N. (2014) Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), 19: 3631-3644. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014000903631&script=sci_abstract&lng=pt